

FILOSOFIA, POLÍTICA E DEMOCRACIA: ENTREVISTA COM NEWTON BIGNOTTO

Leandro Lelis¹, Meline Costa Sousa² e Vitor Cei³

A nossa seção de Entrevistas aponta para a tradição clássica do diálogo filosófico, motivado pelo confronto e apresentação de ideias, possibilitando um exercício intelectual dinâmico. O foco da primeira série de entrevistas apresentadas pela *Outramargem: revista de filosofia* é o debate sobre a nacionalidade, ou originalidade, da filosofia no Brasil – fomentado pelo menos desde Sylvio Romero. Se, em nosso primeiro número, tivemos o privilégio de conversar com Paulo Margutti, desta vez tivemos a honra de entrevistar Newton Bignotto, professor titular do Departamento de Filosofia e do Programa de Pós-Graduação em Filosofia da UFMG.

1) Há vários anos assistimos no Brasil à discussão em torno do problema de uma filosofia nacional, à necessidade de afirmação de uma linguagem nacional no âmbito da filosofia, que nos permita falar em Filosofia Brasileira do mesmo modo que falamos em Filosofia Francesa, em Filosofia Alemã ou Inglesa. Em que medida é possível falar em Filosofia Brasileira? Quais seriam as suas características?

Acredito que o debate sobre a existência ou não de uma “filosofia brasileira” é tributário do debate sobre a identidade brasileira. Desde o século passado e mesmo antes, os intelectuais se mobilizaram para tentar saber o que é essa realidade geográfica e política que chamamos de Brasil. Essa pergunta é ela mesma devedora dos debates que ocuparam um lugar de destaque na modernidade sobre a natureza do Estado-nação. Em nosso caso, essa pergunta foi abordada ao longo dos tempos pelos chamados “intérpretes do Brasil”, escritores como Gilberto Freire, Sérgio Buarque de

¹ Doutorando em Filosofia pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

² Doutoranda em Filosofia pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), bolsista CAPES.

³ Professor da Universidade Federal de Rondônia (UNIR).

Holanda, Raymundo Faoro e outros. Eles partiram da ideia de que é possível descobrir na história brasileira uma identidade que nos faz ser o que somos e que contém de alguma maneira a chave para nossa história.

Embora possamos falar de uma presença da filosofia no Brasil desde a época colonial, foi somente a partir do desenvolvimento da filosofia nas universidades brasileiras, na década dos 50 do século passado, que a questão surgiu de maneira decisiva. Ela esconde, assim, uma preocupação com a identidade de nossa vida cultural e, de forma mais ampla, com nossa identidade política. Ao mesmo tempo sinaliza para o desenvolvimento de um saber que busca compreender a si mesmo. Ora, se nos ativermos à lista das tradições mencionadas acima, acabaremos chegando à conclusão de que poucos países no mundo possuem uma “identidade filosófica” baseada na extensão e na força das obras que a compõe. O Brasil certamente ainda não pode reivindicar algo assim, mas acredito que talvez essa não seja a melhor forma de colocar o problema. Se nos ativermos ao fato de que a filosofia se implantou como uma disciplina importante em todas as grandes universidades do país e que é cada vez maior o número de publicações filosóficas em nosso país, podemos falar de uma filosofia feita no Brasil, que responde a critérios de qualidade aceitos nos países de maior tradição do que a nossa. Se esse exercício vai gerar uma linguagem própria e grandes obras é algo que o tempo dirá. Não é possível produzir um saber e ao mesmo tempo pensar sua recepção. Se há uma tradição sendo constituída em língua brasileira ou não, talvez ainda não possamos responder cabalmente. Mais importante, para mim, é que a filosofia se implantou em nosso país e que podemos hoje falar de uma produção cada vez mais variada e de qualidade, o que é o requisito básico para o surgimento de grandes obras em qualquer disciplina.

2) Historicamente, a Filosofia no Brasil costuma seguir padrões e métodos ditados pelos centros intelectuais, como Alemanha, França, Inglaterra e Estados Unidos. Até que ponto a filosofia política ocidental pode nos ajudar a pensar a realidade brasileira?

Se aceitarmos que a filosofia é um saber constituído por conceitos e argumentos, que se submetem ao debate racional, acredito que o problema central não é o da origem geográfica dos conceitos, mas como pensar nossa realidade com eles. Nesse sentido, a realidade brasileira pode sim ser pensada com os instrumentos conceituais da

tradição de pensamento ocidental, até porque somos parte da história do Ocidente, mesmo se de maneira diferente daquela dos países ditos centrais.

Isso não implica em dizer que não podemos forjar conceitos, que sejam mais úteis para pensar nossa realidade. O conceito de “populismo”, por exemplo, ganha muito se for pensado à luz das muitas experiências de poder na América latina. Ao buscar novas formulações teóricas para problemas que não parecem poder ser tratados de forma satisfatória pelas teorias disponíveis, contribuimos ao mesmo tempo para uma melhor compreensão de nossa realidade e para o debate mais amplo da filosofia política contemporânea sobre temas, por exemplo, como aquele da natureza dos regimes políticos. Não acredito, no entanto, que devemos ter uma “filosofia política” brasileira para então pensar nosso tempo e nosso país. Que nossa produção intelectual seja capaz de realizar a ponte entre “o trabalho do conceito” e a realidade de nosso tempo é algo desejável. Mas devemos evitar a sedução de uma “filosofia nacional” como aquela que, por razões difíceis de serem discernidas, teria o privilégio de nos fazer compreender nosso país.

3) O mundo foi marcado por grandes transformações sociais impulsionadas por revoluções. Para citar duas, a Revolução Francesa e a Revolução Russa. Tudo isso influenciou a produção filosófica. Levando em conta as últimas ondas tanto de protesto quanto de movimentos sociais, o senhor acredita que os jovens que estão nas cadeiras dos cursos de filosofia no Brasil, redigindo dissertações e teses irão incorporar em seus modos de fazer filosofia o espírito de uma necessidade de se posicionar politicamente promovendo transformações a partir de seus escritos e debates e, assim, mudando o foco da pesquisa no Brasil de uma especialização cada vez mais técnica para arriscar construir conceitos que sejam plásticos diante do que é atual?

É difícil saber como um determinado contexto irá impactar na produção intelectual das jovens gerações. Se pensarmos naqueles que trabalham com temas de filosofia política e de ética, talvez seja mais fácil compreender como a vida política imediata pode influenciar nas escolhas de temas e problemas. Mas a filosofia não se preocupa só com a vida em comum da humanidade. Ela também é constituída por áreas como a lógica e a filosofia das ciências, que sofrem o impacto da época, mas de forma diferente. Acho que nossa primeira preocupação deve ser com a qualidade de nosso

trabalho. A sintonia com os acontecimentos é uma decorrência e não um ponto de partida. É preciso também levar em conta que a filosofia não é uma disciplina do imediato, mas sim da longa duração. Hegel talvez tenha razão em nos lembrar que nosso voo é tardio e não matinal.

Para estar ancorados na realidade, é preciso levar em conta que tipo de discurso é a filosofia e o que a torna um saber diferente dos outros saberes e também das muitas correntes da opinião. Muitas gerações foram marcadas, inclusive a minha, por uma interpretação literal da ideia de que cabe à filosofia transformar o mundo e não apenas compreendê-lo. Da mesma forma, desde o século XIX, filósofos e historiadores têm repetido a fórmula segundo à qual não há revolução sem o desenvolvimento prévio de um conjunto de ideias que a sustente. As duas afirmações devem ser meditadas na medida em que apontam para o importante problema da relação das ideias com a realidade histórica. É preciso, no entanto, evitar a armadilha que elas contêm e que arriscam fazer-nos sair do terreno da investigação racional dos conceitos para os pântanos da ideologia. Fascinados pela capacidade de interpretar um real, que parece ao alcance de nossos sentidos, podemos simplesmente ter passado a “produzir ideias”, que parecem contemporâneas dos acontecimentos, mas que nada mais são do que uma parte do obscurecimento do real produzida pela própria maneira como uma determinada época procura pensar a si mesma a partir de seus preconceitos e opiniões forjadas no âmbito das lutas políticas.

Isso não quer dizer que no Brasil de hoje não possamos pensar sobre o impacto da ultra-especialização na qualidade de nossa produção filosófica. Ao contrário, o debate sobre a relevância social dos saberes é importante e deve ser levado a cabo tendo como referência o conjunto da produção nacional filosófica e sua capacidade de se enraizar em nossa cultura no sentido mais amplo. Uma filosofia que não é capaz, por exemplo, de conversar com as ciências e com as humanidades em geral, pode estar trilhando um caminho que acabará por torná-la um saber sem relevância alguma, inclusive no plano acadêmico.

4) Dentre alguns autores com os quais o senhor trabalha estão Maquiavel, Hannah Arendt e Claude Lefort, este último seu orientador de doutorado. Quais ferramentas conceituais tais autores oferecem para pensar o ambiente político na contemporaneidade?

Maquiavel continua sendo para mim um autor essencial para se pensar a política em seus vários aspectos. Numa época conturbada como a nossa e marcada pela irrupção de formas políticas extremas, nas quais a violência ocupa um lugar central, ele é um pensador que ajuda a ver a política e a luta pelo poder de perspectivas variadas e não reducionistas. Um ponto que me parece essencial em sua démarche é a maneira como ele lida com a questão da força. Apontando para a maneira como os diversos atores defendem suas posições e entram em conflito, Maquiavel ajuda-nos a fugir dos dilemas postos pelas diversas formas de moralismo que, sem serem capazes de compreender o campo de forças da política, interferem nela produzindo imagens do que seria a “boa sociedade”. Buscar a “verdade efetiva das coisas” ainda me parece um bom caminho para a construção de um saber sobre a política e o político.

Quanto à Arendt e Lefort, eu também encontro neles a mesma preocupação com a natureza do fenômeno político e uma atenção aguda aos acontecimentos que transformaram o cenário político contemporâneo. Em particular, ambos apontam para o aparecimento dos regimes totalitários como um fato que mudou não somente nossa época, mas a própria filosofia política. Nos dois casos, estamos diante de autores que contribuíram para a renovação da filosofia política depois de um longo período de paralisia da disciplina, isolada no meio do conflito entre o paradigma marxista e o paradigma liberal. Recolocando o problema da natureza do político e da diferença dessa questão daquela da natureza da política, Arendt e Lefort oferecem um marco teórico extremamente fecundo para os que querem pensar nossas sociedades em diálogo com a tradição e em sintonia com as transformações que mudaram para sempre o campo das experiências políticas de nossas sociedades

5) Em uma entrevista dada, ano passado, ao jornal 'O Globo', o senhor aponta que “A sociedade brasileira está com dificuldades de encontrar o que é o seu bem comum”. Esta dificuldade reflete-se nas decisões políticas tomadas ultimamente; como pudemos perceber durante o corte de verbas promovido pelo atual governo. Os primeiros afetados foram a educação e os trabalhadores. No caso da educação, foi reduzido, segundo a Associação Nacional de Pós-Graduação em Filosofia (Anpof), 75% das verbas de custeio. No caso dos benefícios trabalhistas e previdenciários, foram propostas alterações, em vista de diminuir os gastos públicos, no seguro desemprego e no auxílio-doença. Como o senhor vê esses cortes, os quais parecem apontar um retrocesso frente a anos de luta?

No Brasil a aceitação da importância da educação para o futuro do país nem sempre vem acompanhada pelas ações necessárias para transformar essa ideia em política de Estado e não simplesmente em ação de governo. Infelizmente esse descompasso continuou a se repetir ao longo dos anos, o que compromete a eficácia das políticas eventualmente adotadas. É verdade que tivemos avanços nos últimos anos, mas esses avanços arriscam de serem perdidos se mais uma vez a educação for posta na lista das coisas que podem ser “cortadas”. O triste é que se a educação é uma ferramenta essencial para o desenvolvimento de um país em sentido amplo, ela só é eficaz se puder transformar a fundo a sociedade, oferecendo novas perspectivas e oportunidades para parcelas cada vez maiores da população. A interrupção de programas bem-sucedidos por conta de ajustes na economia pode simplesmente anular no médio e longo prazo os efeitos que esperamos obter com uma aplicação massiva e ininterrupta de recursos para os fins educacionais.

6) Tem sido discutida a fusão entre as agências de fomento CAPES e CNPq. Quais seriam, do seu ponto de vista, as implicações do corte de verbas para a produção filosófica no Brasil? Como nós, pesquisadores de filosofia, somos diretamente afetados?

Confesso que não conheço o projeto de fusão das duas agências, mas acho que seria algo difícil de ser realizado e de resultados imprevisíveis. Em primeiro lugar, é preciso lembrar que os dois órgãos não pertencem nem mesmo aos mesmos ministérios e não possuem a mesma vocação institucional. O risco nesses movimentos é de se perder o que se conquistou ao longo de décadas. Em segundo lugar, esses processos de fusão conduzem frequentemente a uma maior burocratização do financiamento da pesquisa. Ora, isso é um dos grandes riscos que corre a pesquisa científica no Brasil em todas as suas áreas. O aumento dos procedimentos burocráticos tende a retardar a concessão de financiamentos e também tende a concentrá-los em áreas que já são privilegiadas. Nesse sentido, a filosofia, embora seja uma área tradicional do saber, tende a perder diante da força de captação de recursos de áreas que inclusive já possuem uma maior organização para buscar recursos. Isso ocorre por que algumas áreas já são beneficiadas tradicionalmente, como é o caso da física, mas também porque não possuímos uma estrutura institucional nos departamentos de filosofia capaz de dar conta das demandas que surgem em um processo de burocratização do financiamento da pesquisa. Um segundo aspecto que já está presente na vida acadêmica brasileira, mas

que pode se agravar com a fusão das agências, é a descontinuação do apoio à pesquisa científica. Tão importante quanto dispor de valores adequados para financiar as atividades dos pesquisadores é garantir que elas não serão interrompidas por conta de solavancos da conjuntura. Nesse particular, sofremos até menos do que áreas que necessitam de equipamentos caros, mas também somos atingidos quando nossas bibliotecas, que já são deficientes, começam a ficar muito defasadas.

7) Em nosso país, ouvimos algumas vozes, muito embora em menor número, pedirem a volta da ditadura, o que seria um retrocesso com relação aos graus de liberdade conquistados a duras penas. Entretanto, o regime democrático abriga a pluralidade de vozes, mesmo que sejam contra o próprio regime. Como o senhor vê a relação entre democracia e liberdade no Brasil?

Qualquer que seja a definição de democracia que adotemos ela implica no respeito à liberdade como um de seus pilares fundamentais. Quando Rousseau pensou a república no século XVIII, o que pode ser estendido até hoje quando falamos de democracia, ele mostrou que os regimes livres precisam se apoiar ao mesmo tempo sobre a liberdade e sobre a igualdade. Mais tarde, no século XIX, Tocqueville viu que a experiência da democracia nos Estados Unidos dependia, é claro da defesa da liberdade política, mas também da afirmação do que ele chamou de “igualdade de condições”. Ao longo da história brasileira, ouvimos com muita frequência um clamor pela liberdade que nem sempre se fez acompanhar pelo desejo de igualdade. Ao contrário, as elites brasileiras, e setores da classe média, estão dispostas a aceitar uma legislação que proteja a liberdade, mas com muita frequência resistem aos efeitos de uma real extensão da igualdade na sociedade. Ora, o que os que clamam pela volta da ditadura muitas vezes estão querendo dizer é que preferem sacrificar a liberdade do que aceitar a entrada na cena política de parcelas amplas e antes excluídas do cenário político. Preferem compactuar com ditadores, sejam eles quem forem, na expectativa de retomar antigos privilégios dos quais se julgam merecedores.

A democracia brasileira é recente e ainda frágil, e, por isso, não podemos desprezar as correntes reacionárias e aventureiras que se mostram no horizonte político. Nossa longa tradição autoritária deve servir-nos de alerta para os riscos reais que corremos quando uma parcela dos atores políticos está disposta a sacrificar algum dos pilares da democracia para defender seus próprios interesses.

8) O senhor vem trabalhando em seminários e conferências a questão *Política e violência*. O que motivou a escolha do tema?

O tema da violência surgiu para mim no momento em que estudando Maquiavel me deparei com a questão da força. O que esse pensador me ensinou, em primeiro lugar, foi diferenciar o conceito de força daquele de violência. Se eles aparecem por vezes ligados no cenário político, isso não quer dizer que possam ou devam ser amalgamados. Ao contrário, a não diferenciação dos dois conceitos é uma porta aberta para os regimes extremos.

Desse ponto de partida, fui levado a me interessar pela questão da tirania, problema que está até hoje no centro de minhas pesquisas, sejam daquelas ligadas ao Renascimento, sejam daquelas ligadas a outros períodos históricos. Nesse particular, dediquei um livro ao tirano grego e escrevi alguns textos sobre a experiência da violência revolucionária moderna.

Mas, o que me mantém ligado a esse tema é a percepção de que a vida política contemporânea, longe de nos distanciar das experiências do uso da violência no cenário público, como acreditavam alguns pensadores iluministas, a colocou no centro e fez dela um referencial inescapável. A existência dos campos de concentração, os massacres de populações inteiras em várias partes do mundo, o holocausto dos judeus, os milhares de mortos no Brasil, vitimados a cada ano pela violência, mostram que uma filosofia política atual não pode simplesmente deixá-la de lado, como se se tratasse de um apêndice da vida institucional. Pensar nosso tempo implica, para mim, pensar a relação da violência com a política nas sociedades contemporâneas. Se o Estado de Direito é um horizonte fundamental das democracias republicanas, os riscos que a violência generalizada traz para sua manutenção, é um horizonte de pesquisa do qual acredito que a filosofia política não deve se afastar.

9) Muitas vezes somos questionados acerca daquilo que nos motivou, ainda jovens, a escolher o curso de filosofia, mas poucas vezes respondemos por que continuamos a trabalhar com filosofia. O que ainda te motiva a fazer filosofia?

Em um mundo dominado pela cultura de massas e seus derivados, a filosofia é para mim até hoje um verdadeiro bálsamo da existência. Pensada como uma ferramenta crítica por excelência, ela permite, pelo menos para mim, fugir da

banalidade dos produtos da indústria cultural e, sobretudo, permite pensar meu tempo longe das ideologias e das simplificações que elas operam na realidade. Quando olho a imprensa brasileira atual e sua incapacidade de tomar um mínimo de distância dos combates políticos, vejo que uma página de Maquiavel tem o poder de me libertar da esterilidade dos debates levados a cabo exclusivamente pela ótica dos interesses privados. É claro que como parte de minha época, certamente sou tocado por seus limites e pela impossibilidade de se pensar de forma total os acontecimentos. Mas a filosofia continua sendo um saber poderoso para se compreender nossa época e nossa existência se soubermos servir-nos dela como de um instrumento da razão que nos liberta das amarras e dos limites da condição alienada dos habitantes das sociedades de consumo. Nesse sentido, a motivação existencial que me levou a escolher a filosofia como meu campo de trabalho continua viva, ainda que transformada, como deve ser, pelos muitos anos de estudo e dedicação à pesquisa e ao ensino.